

Relatório da Administração 2017

**Senhores Acionistas** - A Administração da Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte, em conformidade com as disposições estatutárias e legais, submete à apreciação de seus acionistas o Relatório da Administração e as correspondentes demonstrações financeiras, referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras.

**Mensagem da Administração** - A Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte ("Ecoponte" ou "Companhia"), foi constituída em 24 de março de 2015, e tem por objeto social a exploração de concessão da rodoviária da BR-101/RJ: Trecho Acesso à Ponte Presidente Costa e Silva (Niterói) - Entr. RJ-071 (Linha Vermelha), "Ponte Rio-Niterói", mediante concessão federal, incluindo a exploração de receitas acessórias. A sede da Companhia fica localizada na Travessa Mário Neves, nº 1, Ilha da Conceição, Niterói/RJ. Em 18 de maio de 2015, a Ecoponte, assinou o contrato de concessão para a exploração da Infraestrutura e da prestação de serviço público de operação, manutenção, monitoração e conservação e implantação de melhorias do sistema rodoviário, mediante a cobrança de tarifa de pedágio, no prazo de 30 anos, a contar de 01 de junho de 2015. As ações da Companhia não são negociadas em bolsa de valores. A Companhia ressalta que as conquistas alcançadas são resultado do empenho e comprometimento de seus colaboradores, aos quais agradece. Além deles, a Ecoponte agradece também a confiança dos seus acionistas diretos e indiretos, dos usuários, além dos fornecedores, órgãos reguladores e demais parceiros.

**Práticas Contábeis** - As demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e de acordo com as normas internacionais de contabilidade. Essas práticas são apresentadas na Nota Explicativa nº 3 das Demonstrações Financeiras.

**Resultados Operacionais - Tráfego** - O volume de tráfego em veículos equivalentes pagantes totalizou 30.009 mil em 2017, crescimento de 4,1%, comparado ao exercício de 2016, influenciado pelo início da operação do Túnel Cafubá Charitas na cidade de Niterói, em maio de 2017, que melhorou o acesso à Ponte. Em junho de 2017, foi aprovado o reajuste da tarifa de pedágio da Ecoponte em 2,5% que refletiu o IPCA de 4,1% compensado pela

antecipação de resultado de receitas acessórias da concessão que foi convertido em modicidade tarifária, conforme previsto em contrato. **Resultados Econômicos e Financeiros - Receita Bruta** - A receita bruta totalizou R\$226,8 milhões em 2017, aumento de 29,8%, sendo influenciada, principalmente, pelas receitas acessórias e de construção. As deduções sobre a receita bruta totalizaram R\$12,9 milhões. **Receita de Pedágio** - crescimento de 8,9%, comparado com 2016, decorrente do reajuste contratual nas tarifas de pedágio e aumento no tráfego de veículos. **Receita Acessória** - atingiu R\$9,4 milhões em 2017, principalmente devido ao crescimento na receita da faixa de domínio. **Receita de Construção** - crescimento de 58,1%, devido ao maior nível de obras contratuais no exercício. **Receita Líquida** - A receita líquida atingiu R\$213,8 milhões em 2017, excluindo a receita de construção, a receita líquida Pró-forma foi de R\$118,3 milhões, crescimento de 13,3% em relação a 2016. Para mais informações sobre a Receita, vide nota explicativa da Demonstração Financeira da Companhia.

**Custos Operacionais e Despesas Administrativas** - Os custos operacionais e despesas administrativas tiveram aumento de 40,2% totalizaram R\$153,9 milhões. Desconsiderando o custo de construção, provisão para manutenção, depreciação e amortização, os custos operacionais e despesas administrativas caixa atingiram R\$42,5 milhões, redução de 1,2%. As variações observadas foram: **Pessoal**: R\$16,5 milhões em 2017, redução de 2,3% quando comparado com 2016, devido a otimização da estrutura administrativa. **Conservação e Manutenção**: R\$4,8 milhões em 2017, manteve-se estável comparado a 2016. **Serviços de terceiros**: R\$11,4 milhões em 2017, 5,2% superior a 2016, referente ao incremento nas despesas com ambulância e transporte de valores. **Poder Concedente, Seguros e Locações**: R\$5,7 milhões em 2017, redução de 15,0%, principalmente, devido em 2016 a contratação de seguros para riscos diversos para as Olimpíadas, e locações de veículos leves. **Outros**: R\$4,1 milhões em 2017, redução de 10,9%, influenciado pela compra de energia elétrica no mercado livre. **Depreciação e Amortização**: R\$7,1 milhões em 2017, 86,4% superior a 2016, devido ao aumento na base de ativos e atualização da curva de tráfego para amortização de intangíveis; **Provisão para Manutenção**: atingiu R\$8,7 milhões em 2017, referente a provisão dos custos futuros com manutenção e reparação de pavimento, dentro dos critérios estabelecidos pelas normas contábeis; e **Custo de construção de obras**: R\$95,5 milhões

em 2017, crescimento de 58,1% comparado com 2016, devido ao maior nível de obras contratuais. Para mais informações sobre os Custos Operacionais e Despesas Administrativas, vide nota explicativa da Demonstração Financeira da Companhia. **Resultado Financeiro** - O resultado financeiro líquido foi negativo em R\$3,5 milhões, devido, principalmente, a menor receita de aplicação financeira reconhecida no período e, maior base de provisão para manutenção com reconhecimento do valor presente. **Lucro Líquido** - O lucro líquido no exercício de 2017 atingiu R\$38,4 milhões, comparado a R\$43,9 milhões em 2016, uma redução de 12,4%. **Disponibilidade Financeira e Endividamento** - A Ecoponte encerrou dezembro de 2017 com saldo de caixa, bancos, aplicações financeiras de R\$53,4 milhões. A dívida bruta composta por empréstimos e financiamentos atingiu R\$49,3 milhões em 31 de dezembro de 2017, sendo 96% dos vencimentos no longo prazo. A dívida com poder concedente era de R\$268,7 mil. Para mais informações do endividamento da Companhia, vide notas explicativas da Demonstração Financeira da Companhia. **CAPEX** - Os investimentos realizados pela Ecoponte totalizaram R\$99,3 milhões em 2017, com destaque para investimentos em elaborações de projetos e estudo de ampliações, pavimento, desapropriações e obras de ampliação. Informações sobre Governança Corporativa, Gestão de Pessoas e Responsabilidade Socioambiental estão disponíveis no Relatório de Administração da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S/A., no site [www.ecorodovias.com.br/ri](http://www.ecorodovias.com.br/ri).

**Relacionamento com os Auditores Independentes** - Em atendimento à instrução CVM 381/2003, informamos que a Ernst & Young Auditores Independentes S.S. foi contratada para prestação dos seguintes serviços em 2017: Auditoria das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"); Revisão das Informações Contábeis Intermediárias Trimestrais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity". Os honorários relativos a esses trabalhos são de R\$161,6 mil. A Companhia não contratou os Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos da auditoria externa.

Balanco Patrimonial Levantado em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016  
(Em Milhares de Reais - R\$)

Ativo	Nota Explicativa	31/12/2017		31/12/2016		Passivo e Patrimônio Líquido	Nota Explicativa	31/12/2017		31/12/2016	
<b>Circulante</b>						<b>CIRCULANTE</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	6	53.364	63.086			Empréstimos e financiamentos	11	1.882	-		
Clientes	7	7.237	7.019			Fornecedores		5.022	6.755		
Despesas antecipadas		901	953			Impostos, taxas e contribuições a recolher		1.462	1.378		
Tributos a recuperar		183	77			Partes relacionadas - fornecedores	12	384	2.549		
Outros créditos		479	376			Obrigações sociais e trabalhistas		3.241	2.767		
Total do ativo circulante		62.164	71.511			Imposto de renda e contribuição social a pagar		149	1.441		
						Obrigações com Poder Concedente	13	269	258		
						Dividendos e juros sobre capital próprio	17.d)	5.530	461		
						Provisão para construção de obras	14	50.887	31.443		
						Outras contas a pagar		10	4		
						Total do passivo circulante		68.836	47.056		
<b>Não Circulante</b>						<b>Não Circulante</b>					
Tributos diferidos	10.a)	2.557	1.402			Empréstimos e financiamentos	11	47.393	-		
Imobilizado	8	6.783	5.428			Provisão para construção de obras	14	4.752	30.992		
						Provisão para manutenção	15	6.410	2.431		
						Provisão para perdas cíveis e trabalhistas	16	16	26		
						Outras contas a pagar		2.292	1.972		
						Total do passivo não circulante		60.863	35.421		
						<b>Patrimônio Líquido</b>					
						Capital social subscrito	17.a)	120.000	120.000		
						Reserva de capital - legal	17.c)	5.271	3.351		
						Reserva de capital - plano de opção com base em ações		139	103		
						Reserva de lucros - dividendos adicionais propostos	17.d)	18.189	241		
						Total do patrimônio líquido		143.599	123.695		
						<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>		<b>273.298</b>	<b>206.172</b>		
<b>Total do Ativo</b>		<b>273.298</b>	<b>206.172</b>								

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016  
(Em milhares de reais - R\$, exceto o valor por ação)

	Nota explicativa	Capital social		Reservas de lucros		Reserva de capital		Lucros acumulados	Total
		Subscrito	Integralizar	Legal	Adicionais Propostos	Plano de opção com base em ações			
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2015</b>		<b>120.000</b>	<b>(36.000)</b>	<b>1.158</b>	<b>4.790</b>			<b>49</b>	<b>89.997</b>
Integralização de capital	17.a)	-	36.000	-	-	-	-	-	36.000
Dividendos distribuídos (R\$0,04 por ação)		-	-	-	(4.790)	-	-	-	(4.790)
Opções outorgadas reconhecidas	17.e)	-	-	-	-	-	-	54	54
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	43.859	43.859
Destinação do lucro:									
Reserva legal	17.c)	-	-	2.193	-	-	-	(2.193)	-
Dividendos intermediários (R\$0,29 por ação)	17.d)	-	-	-	-	-	-	(35.021)	(35.021)
Juros sobre o Capital Próprio (R\$0,05 por ação)	17.d)	-	-	-	-	-	-	(6.404)	(6.404)
Dividendos adicionais propostos (R\$0,002 por ação)	17.d)	-	-	-	241	-	-	(241)	-
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2016</b>		<b>120.000</b>	<b>-</b>	<b>3.351</b>	<b>241</b>			<b>103</b>	<b>123.695</b>
Integralização de capital	17.a)	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos distribuídos (R\$0,04 por ação)		-	-	-	(217)	-	-	-	(217)
Opções outorgadas reconhecidas		-	-	-	-	-	-	36	36
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	38.411	38.411
Destinação do lucro:									
Reserva legal	17.c)	-	-	1.920	-	-	-	(1.920)	-
Dividendos intermediários (R\$0,29 por ação)	17.d)	-	-	-	-	-	-	(9.539)	(9.539)
Juros sobre o Capital Próprio (R\$0,05 por ação)	17.d)	-	-	-	-	-	-	(8.787)	(8.787)
Dividendos adicionais propostos (R\$0,002 por ação)	17.d)	-	-	-	18.165	-	-	(18.165)	-
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2017</b>		<b>120.000</b>	<b>-</b>	<b>5.271</b>	<b>18.189</b>			<b>139</b>	<b>143.599</b>

Demonstração do Valor Adicionado para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016  
(Em milhares de reais - R\$)

	31/12/2017		31/12/2016		Pessoal	31/12/2017		31/12/2016	
<b>Receitas</b>									
Com arrecadação de pedágio	121.809	111.857			Remuneração direta	12.434	12.133		
Com construção	95.546	60.430			Benefícios	3.363	3.357		
Outras receitas	9.413	2.443			Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS	738	680		
	226.768	174.730			Impostos, taxas e contribuições	28.949	29.474		
<b>Insuamos Adquiridos de Terceiros</b>					Federais	22.807	23.799		
Custo dos serviços prestados	(123.686)	(80.953)			Municipais	6.142	5.675		
Materiais, energia e serviços de terceiros	(8.289)	(8.155)			Remuneração de capitais de terceiros	6.747	3.303		
	(131.975)	(89.108)			Juros	195	-		
<b>Valor Adicionado Bruto</b>	<b>94.793</b>	<b>85.622</b>			Aluguéis	253	710		
<b>Depreciações e Amortizações</b>	<b>(7.143)</b>	<b>(3.833)</b>			Outros efeitos financeiros	6.299	2.593		
<b>Valor Adicionado Líquido Produzido pela Companhia</b>	<b>87.650</b>	<b>81.789</b>			Remuneração de capitais próprios	38.411	43.859		
<b>Valor Adicionado Recebido em Transferência</b>					Dividendos intermediários pagos	9.539	35.021		
Receitas financeiras	2.992	11.017			Juros sobre o capital próprio	8.787	6.404		
<b>Valor Adicionado Total a Distribuir</b>	<b>90.642</b>	<b>92.806</b>			Reserva legal	1.920	2.193		
<b>Distribuição do Valor Adicionado</b>	<b>90.642</b>	<b>92.806</b>			Reserva para dividendos	18.165	241		

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2017 e de 2016  
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

**1. Informações gerais:** A Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte ("Ecoponte" ou "Companhia"), foi constituída em 24 de março de 2015, e tem por objeto social a exploração de concessão da rodoviária da BR-101/RJ: Trecho Acesso à Ponte Presidente Costa e Silva (Niterói) - Entr. RJ-071 (Linha Vermelha), "Ponte Rio-Niterói", mediante concessão federal, incluindo a exploração de receitas acessórias. A sede da Companhia fica localizada na Travessa Mário Neves, nº 1, Ilha da Conceição, Niterói/RJ. Em 18 de maio de 2015, a Ecoponte, assinou o contrato de concessão para a exploração da Infraestrutura e da prestação de serviço público de operação, manutenção, monitoração e conservação e implantação de melhorias do sistema rodoviário, mediante a cobrança de tarifa de pedágio, no prazo de 30 anos, a contar de 01 de junho de 2015. As demais obrigações assumidas pelo contrato de concessão estão descritas na Nota Explicativa nº 13. As operações de cobrança de pedágio iniciaram em 01 de junho de 2015. As ações da Companhia não são negociadas em bolsa de valores. A conclusão e emissão destas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 19 de fevereiro de 2018.

**2. Apresentação das Demonstrações Financeiras: 2.1. Declaração de conformidade e base para preparação:** As demonstrações financeiras da companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos. As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados; aqueles aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras, estão descritos a seguir. As demonstrações financeiras da Companhia apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCP-07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. **2.2. Moeda funcional de apresentação:** As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em Reais, a moeda do ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional").

**3. Principais práticas contábeis:** As práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados:

a) **Instrumentos financeiros:** (i) **Ativos financeiros:** Ativos financeiros são classificados como: (i) ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, (ii) empréstimos e recebíveis, (iii) investimentos mantidos até o vencimento ou (iv) ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros recebíveis, instrumentos financeiros. A mensuração dos ativos financeiros depende de sua classificação: **Mensuração Subsequente:** • **Empréstimos e recebíveis:** São incluídos nessa classificação caixa e

equivalentes de caixa, contas a receber, e outros recebíveis. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A amortização do método de juros efetivos ou despesas financeiras (perdas por redução ao valor recuperável) é apresentada na conta do resultado financeiro da demonstração do resultado. • **Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado:** Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado. A Companhia não designou nenhum ativo financeiro a valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial.

**Desreconhecimento (baixa):** Um ativo financeiro é baixado principalmente quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; • A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa reconhecidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasso"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. **Redução do valor recuperável de ativos financeiros:** A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupos de ativos financeiros, não é recuperável, tendo como base um ou mais eventos que tenham ocorrido depois do reconhecimento inicial do ativo e tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupos de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado. (ii) **Passivos financeiros:** Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de contas a pagar, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar. A mensuração subsequente dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma: **Contratos de garantia financeira:** Os contratos de garantia financeira emitidos pela Companhia são contratos que requerem pagamento para fins de reembolso do detentor por perdas por ele incorridas quando o devedor especificado deixar de fazer o pagamento devido segundo os termos do correspondente instrumento de dívida. Contratos de garantia financeira são inicialmente reconhecidos como um passivo a valor justo, ajustado por custos de transação diretamente relacionados com a emissão da garantia. Subsequentemente, o passivo é mensurado com base na melhor estimativa da despesa requerida para liquidar a obrigação presente na data do balanço ou no valor reconhecido menos amortização, dos dois o maior. **Desreconhecimento (baixa):** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a

Demonstração do Resultado para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016  
(Em milhares de reais - R\$, exceto o valor por ação)

	Nota Explicativa	31/12/2017		31/12/2016	
<b>Receita Líquida</b>	<b>18</b>	<b>213.848</b>	<b>164.873</b>		
<b>Custo dos Serviços Prestados</b>	<b>19</b>	<b>(142.352)</b>	<b>(96.713)</b>		
<b>Lucro Bruto</b>		<b>71.496</b>	<b>68.170</b>		
<b>Receitas (Despesas) Operacionais</b>					
Despesas operacionais	19	(11.576)	(13.045)		
Outras receitas (despesas), líquidas		10	(63)		
		(11.566)	(13.108)		
<b>Lucro Operacional Antes do Resultado Financeiro</b>		<b>59.930</b>	<b>55.062</b>		
<b>Resultado Financeiro</b>					
Receitas financeiras	20	2.992	11.017		
Despesas financeiras	20	(6.494)	(2.593)		
		(3.502)	8.424		
<b>Lucro Operacional Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social</b>		<b>56.428</b>	<b>63.486</b>		
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>					
Correntes	10.b)	(19.172)	(20.542)		
Diferidos	10.a)	1.155	915		
		(18.017)	(19.6		

calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. e) **Normas, alterações e interpretações de normas:** i. As normas e interpretações emitidas, mas ainda não adotadas até a emissão das demonstrações financeiras da Companhia são abaixo apresentadas. A Companhia pretende adotar essas normas, se aplicável, quando entrarem em vigência:

Norma	Requerimento	Impacto nas demonstrações financeiras
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros	Tem o objetivo, em última instância, de substituir a IAS 39. As principais mudanças previstas são: (i) todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor justo; (ii) a norma divide todos os ativos financeiros em: custo amortizado e valor justo; e (iii) o conceito de derivativos embutidos foi extinto.	A Administração da Companhia está avaliando os impactos do IFRS 9 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante em suas demonstrações financeiras.
IFRS 15 - Receitas de contratos com clientes	A IFRS 15 (CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente) foi emitida em maio de 2014, alterada em abril de 2016, e estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com a IFRS 15, a receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. A nova norma para receita substituirá todos os requisitos atuais de reconhecimento de receita de acordo com as IFRS. A aplicação retrospectiva completa ou a aplicação retrospectiva modificada será exigida para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2018. O Grupo planeja adotar a nova norma na data de vigência requerida com base no método retrospectivo completo.	Até o momento, a Companhia não identificou impactos significativos em comparação com as atuais normas de receitas em relação ao reconhecimento da receita exigida pela IFRS 15.
IFRS 16 - Arrendamento (Vigência a partir de 01/01/2019)	A nova norma estabelece os princípios, tanto para o cliente (o locatário) e o fornecedor (locador), sobre o fornecimento de informações relevantes acerca das locações de maneira que seja demonstrado nas demonstrações financeiras, de forma clara, as operações de arrendamento mercantil. Para atingir esse objetivo, o locatário é obrigado a reconhecer os ativos e passivos resultantes de um contrato de arrendamento.	A Administração da Companhia está avaliando os impactos do IFRS 16 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.
Alterações à IFRS 10 e à IAS 28: Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua associada ou empreendimento controlado em conjunto (joint venture)	As alterações abordam o conflito entre a IFRS 10 e a IAS 28 no tratamento da perda de controle de uma subsidiária que é vendida ou contribuída a uma associada ou a um empreendimento controlado em conjunto (joint venture). As alterações esclarecem que o ganho ou a perda resultantes da venda ou contribuição de ativos que constituem um negócio, conforme definido na IFRS 3, entre um investidor e sua associada ou joint venture, são reconhecidos (as) na íntegra. Qualquer ganho ou perda resultantes da venda ou contribuição de ativos que não constituam um negócio, no entanto, são reconhecidos (as) somente na extensão das participações de investidores não relacionados na associada ou joint venture.	A Administração da Companhia está avaliando os impactos do IFRS 10 e IAS 28 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.
IFRS 2 - Classificação e mensuração de transações com pagamentos baseados em ações - Alterações à IFRS 2	O IASB emitiu alterações à IFRS 2 Pagamentos baseados em ações, que abordam três áreas principais: os efeitos das condições de aquisição de direitos sobre a mensuração de uma transação de pagamento baseada em ações liquidada em dinheiro; a classificação de uma transação de pagamento baseada em ações com características de liquidação pelo valor líquido para obrigações relacionadas a impostos retidos na fonte; e o tratamento contábil quando uma modificação nos termos e condições de uma transação de pagamento baseada em ações altera sua classificação de liquidação em dinheiro para liquidação com ações.	A Administração da Companhia está avaliando os impactos do IFRS 2 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.
Interpretação IFRIC 23 - Incerteza sobre o tratamento dos tributos sobre a renda	A Interpretação trata da contabilização dos tributos sobre a renda quando os tratamentos fiscais envolvem incerteza que afete a aplicação da IAS 12, e não se aplica a impostos ou exações alheias ao âmbito da IAS 12, nem inclui, de forma específica, as exigências relativas a juros e multas associadas a incertezas no tratamento aplicável aos tributos.	A Administração da Companhia está avaliando os impactos do IFRS 23 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.

**4. Principais uso de estimativas e julgamento:** A Administração da Companhia estabelece estimativas e premissas com relação a eventos no futuro. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas a seguir:

- Taxa de desconto: A determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos;
- Taxa de amortização: A determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas por meio de estudos econômicos de projeção de tráfego; e
- Provisões: A determinação de provisões para investimentos futuros oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio presentes, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos. **Contabilização do Contrato de Concessão:** Na contabilização do Contrato de Concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de Contrato de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros, para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerado no Contrato de Concessão. **Momento de reconhecimento dos ativos intangíveis:** A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do Contrato de Concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorrerá quando da prestação de serviço relacionado e que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, por exemplo, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, em contrapartida ao ativo intangível. **Determinação da carga de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do contrato de concessão:** A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrente dos contratos de concessão limitado ao prazo final da concessão. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que normalmente se dá devido à curva de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do contrato de concessão. A Companhia utiliza modelos para estudo e projeção do tráfego na rodovia sob sua concessão. **Determinação das receitas de construção:** A receita de construção é reconhecida pelo seu valor justo, assim como os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. De acordo com o ICPC (Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis) 01, sempre que uma concessionária de serviços públicos executa obras, mesmo que previstas contratualmente, ela realiza serviços de construção, sendo que estes podem possuir dois tipos de remuneração, ou por recebimento dos valores do Poder Concedente (ativo financeiro), ou pela remuneração da tarifa de pedágio (ativo intangível). Para essa última modalidade, a receita de construção deve ser reconhecida pelo seu valor justo, e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra e empresa que efetua os serviços de construção. A Administração da Companhia entende que as contratações dos serviços de construção são realizadas a valor de mercado, portanto, não reconhece margem de lucro nas atividades de construção. **Determinação do ajuste ao valor presente de determinados ativos e passivos:** A Administração avalia e reconhece na contabilização os efeitos de ajuste a valor presente levando-se

em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas. Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, os ativos e passivos sujeitos ao ajuste a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue: a) Provisão para manutenção e obras futuras decorrentes dos gastos estimados, para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia, e provisão para manutenção decorrente dos custos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos valores presentes dessas provisões foi calculada por meio do método de projeção de fluxo de caixa nas datas em que se estima a saída de recursos, para fazer frente às respectivas obrigações (estimada para todo o período de concessão), e descontada por meio da aplicação da taxa de desconto, de 9,5% ao ano. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na média ponderada das captações. b) Obrigações com Poder Concedente decorrentes das obrigações incorridas pela Companhia relacionadas ao direito de outorga. A mensuração e os critérios dos respectivos valores estão detalhados na Nota Explicativa nº 13.

**5. Reclassificações efetuadas pela Administração da Companhia:** A Administração da Companhia realizou a reclassificação de (R\$2.966) na Demonstração do fluxo de caixa para o exercício findo em 2016. Tal reclassificação tem por objetivo adequar a apresentação da rubrica "Pagamento com Poder Concedente".

	Originalmente divulgado	Reclassificação	Reapresentado
<b>Fluxo de Caixa nas Atividades Operacionais</b>			
Pagamento de obrigações com Poder Concedente	-	(2.966)	(2.966)
<b>Fluxo de Caixa nas Atividades de Financiamento</b>			
Pagamento de obrigações com Poder Concedente	(2.966)	2.966	-
	(2.966)	-	(2.966)

	31/12/2017	31/12/2016
<b>6. Caixa e equivalentes de caixa</b>		
Caixa e bancos	5.528	1.940
Aplicações financeiras		
Fundo de investimentos (a)	40.726	60.888
Aplicações Compromissadas (b)	6.461	-
Aplicações automáticas (c)	649	258
Total	53.364	63.086

(a) Fundo de investimento, que se enquadra na categoria "Renda fixa - crédito privado", de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica ou índice de preços, ou ambos, e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas através da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador. Podendo ser resgatado a qualquer momento, sem perda significativa de valor. O Fundo não pode investir em operações especulativas ou operações que o exponham a obrigações superiores ao valor de seu patrimônio líquido. Em 31 de dezembro de 2017 a carteira do Fundo de títulos e valores mobiliários era composta por 59,7% em Certificado de Depósito Bancário, 23,3% em Operações Compromissadas, 1,3% em Letra Financeira e 15,7% em Letra Financeira do Tesouro (LFT). (Em 31 de dezembro de 2016 a carteira do Fundo de títulos e valores mobiliários era composta por 30,3% em Certificado de Depósito Bancário (CDB), 60,8% em Operações Compromissadas, 3,9% em Letra Financeira (LF) e 5,0% em Títulos Públicos). As aplicações financeiras vinculadas a fundos de investimentos são remuneradas à taxa de 98,9% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e refletem as condições de mercado nas datas dos

	Custo				Depreciação				Residual			
	Taxas médias anuais de depreciação %	Saldos em 31/12/2016	Adições	Baixas	Saldos em 31/12/2017	Saldos em 31/12/2016	Adições	Baixas	Saldos em 31/12/2017	31/12/2017	31/12/2016	
Hardwares	11,77	2.407	1371	-	3.778	(307)	(364)	-	(671)	3.107	2.100	
Máquinas e equipamentos	12,88	2.345	950	(2)	3.293	(193)	(363)	-	(556)	2.737	2.152	
Móveis e utensílios	17,83	602	41	-	643	(56)	(111)	-	(167)	476	546	
Imobilizado em andamento	-	685	120	(206)	599	(55)	(118)	37	(136)	463	630	
		6.039	2.482	(208)	8.313	(611)	(956)	37	(1.530)	6.783	5.428	
				Custo			Depreciação				Residual	
				Taxas médias anuais de depreciação %	Saldos em 31/12/2015	Adições	Saldos em 31/12/2016	Saldos em 31/12/2015	Adições	Saldos em 31/12/2016	31/12/2016	31/12/2015
Hardwares		17,7	641	1.766	2.407	(38)	(269)	(307)	2.100	603		
Maquinas e equipamentos		10,9	832	1.513	2.345	(20)	(173)	(193)	2.152	812		
Móveis e utensílios		9,2	437	165	602	(8)	(48)	(56)	546	429		
Imobilizado em andamento		-	13	672	685	-	(55)	(55)	630	13		
			1.923	4.116	6.039	(66)	(545)	(611)	5.428	1.857		

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, não havia bens do ativo imobilizado vinculados como garantia de empréstimos ou de processos de qualquer natureza, bem como não foram capitalizados encargos financeiros nos respectivos exercícios. **9. Intangível: Política contábil:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado por meio da projeção de curva de tráfego estimada pelo prazo de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo.

	Custo				Amortização				Residual			
	Taxas médias anuais de amortização %	Saldos em 31/12/2016	Adições	Baixas	Saldos em 31/12/2017	Saldos em 31/12/2016	Adições	Baixas	Saldos em 31/12/2017	31/12/2017	31/12/2016	
Contrato de concessão (ii)	(i)	111.261	12.246	-	81.045	204.552	(4.406)	(5.875)	-	(10.281)	194.271	106.855
Intangível em andamento (iii)		-	19.849	67.615	(81.045)	6.419	-	-	-	-	6.419	19.849
Softwares de terceiros	20,8	1.386	343	(54)	-	1.675	(259)	(312)	-	(571)	1.104	1.127
		132.496	80.204	(54)	-	212.646	(4.665)	(6.187)	-	(10.852)	201.794	127.831
				Custo				Amortização				Residual
				Taxas médias anuais de amortização %	Saldos em 31/12/2015	Adições	Saldos em 31/12/2016	Saldos em 31/12/2015	Adições	Saldos em 31/12/2016	31/12/2016	31/12/2015
Contrato de concessão (ii)	(i)	91.849	14.114	(52)	5.350	111.261	(1.343)	(3.063)	-	(4.406)	106.855	90.506
Intangível em andamento (iii)		-	1.497	24.004	(302)	(5.350)	19.849	-	-	-	19.849	1.497
Softwares de terceiros	21,0	757	629	-	-	1.386	(34)	(225)	-	(259)	1.127	723
		94.103	38.747	(354)	-	132.496	(1.377)	(3.288)	-	(4.665)	127.831	92.726

(i) A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão, é reconhecida no resultado através da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão. Em 31 de dezembro de 2017 esse percentual é de 3,0% (2,9% em 31 de dezembro de 2016). (ii) Os itens referentes ao contrato de concessão compreendem basicamente a infraestrutura investida na ponte e alças de acesso. (iii) Os principais valores concentram-se nas ampliações de praças de pedágio, grades, lamelas, reparos, revestimentos e obras no Mergulhão de Niterói.

	31/12/2017	31/12/2016
2017	356	383
2018	463	255
2019	463	255
2020	463	255
2021 a 2026	812	254
	2.557	1.402

A Administração preparou estudo acerca da realização futura do ativo fiscal diferido, considerando a capacidade provável de geração futura de lucros tributáveis, no contexto das principais variáveis de seus negócios, que podem, portanto, sofrer alterações. b) **Conciliação da (despesa) receita de imposto de renda e contribuição social:** Foram registrados no resultado dos períodos os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	31/12/2017	31/12/2016
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	56.428	63.486
Alíquota	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pelas alíquotas vigentes	(19.186)	(21.585)
Juros sobre capital próprio	2.988	2.177
Gratificações diretores	(142)	(202)
Despesas indedutíveis	(5)	(3)
Outros	(1.672)	(14)
Despesa do imposto de renda e da contribuição social	(18.017)	(19.627)
Despesa do imposto de renda e contribuição social corrente	(19.172)	(20.542)
Despesa do imposto de renda e contribuição social diferido	1.155	915
Taxa efetiva	32,0%	30,9%

**11. Empréstimos e financiamentos**

Credor	Vencimento final	Taxa média de juros	31/12/2017	31/12/2016
Finem BNDES	Agosto de 2032	TJLP+ 3,48% a.a.	49.275	-
			49.275	-
Circulante			1.882	-
Não circulante			47.393	-
Os vencimentos das parcelas não circulante tem a seguinte distribuição:				
			31/12/2017	31/12/2016
2018			-	-
2019			1.888	-
2020			2.049	-
2021			2.251	-
Posteriores a 2021			41.205	-
			47.393	-

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	31/12/2017	31/12/2016
Saldo inicial do exercício	-	-
Adições	49.058	-
Encargos financeiros	217	-
Pagamento principal	-	-
Juros pagos	-	-
Saldo final do exercício	49.275	-

balanços patrimoniais. (Em 31 de dezembro de 2016 era 100,7%). (b) Os recursos vinculados às aplicações financeiras compromissadas são remuneradas à taxa de 80,0% do CDI, sem o risco de mudança significativa do valor. A referida aplicação possui liquidez imediata e estão aplicadas à curtíssimo prazo sendo utilizados antes de 30 dias e não sofrem a incidência de IOF. (c) A Companhia possui aplicação financeira no Itaú Unibanco, na qual os recursos disponíveis em conta corrente são automaticamente aplicados e remunerados conforme escala de permanência e que podem variar de 2% a 100% do CDI, o grupo mantém apenas saldo mínimo nessa modalidade, e diariamente o volume excedente é alocado em aplicações mais rentáveis, mantendo essa modalidade com a taxa média de 2% do CDI (aplicações com permanência entre 1 e 29 dias), sem o risco de mudança significativa do valor. A referida aplicação possui liquidez imediata.

	31/12/2017	31/12/2016
Pedágio eletrônico (a)	4.975	6.923
Receitas acessórias (b)	2.332	156
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD (c)	(70)	(60)
	7.237	7.019

(a) Representados por serviços prestados aos usuários relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas às concessionárias e créditos a receber decorrentes de vale pedágio. (b) Representados, substancialmente, por exploração da faixa de domínio das rodovias, locação de painéis publicitários e outros serviços previstos nos contratos de concessão. (c) Refere-se à constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa. A política de contas a receber do Grupo EcoRodovias no qual a Companhia está inserida estabelece que a constituição de PECLD seja realizada com base nos clientes vencidos há mais de 120 dias. O "aging list" das contas a receber está assim representado:

	31/12/2017	31/12/2016
A vencer	5.439	7.019
Vencidos:		
Até 30 dias	212	-
De 31 a 60 dias	123	-
De 61 a 90 dias	1.463	-
De 90 a 120 dias	-	-
Acima de 120 dias	70	60
	7.307	7.079

A movimentação das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é conforme segue:

	31/12/2017	31/12/2016
Saldo inicial	60	12
Valores recuperados no exercício	(22)	(1)
Constituição de PECLD no exercício	32	49
	70	60

**8. Imobilizado: Política contábil:** O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico deduzido das respectivas depreciações e perdas por desvalorização, se aplicável. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é registrado na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva. A depreciação é calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado. Nas tabelas abaixo são apresentadas as taxas médias de depreciação para cada grupo de ativo.

	Custo				Depreciação				Residual			
	Taxas médias anuais de depreciação %	Saldos em 31/12/2016	Adições	Baixas	Saldos em 31/12/2017	Saldos em 31/12/2016	Adições	Baixas	Saldos em 31/12/2017	31/12/2017	31/12/2016	
Hardwares	11,77	2.407	1371	-	3.778	(307)	(364)	-	(671)	3.107	2.100	
Máquinas e equipamentos	12,88	2.345	950	(2)	3.293	(193)	(363)	-	(556)	2.737	2.152	
Móveis e utensílios	17,83	602	41	-	643	(56)	(111)	-	(167)	476	546	
Imobilizado em andamento	-	685	120	(206)	599	(55)	(118)	37	(136)	463	630	
		6.039	2.482	(208)	8.313	(611)	(956)	37	(1.530)	6.783	5.428	
				Custo			Depreciação				Residual	
				Taxas médias anuais de depreciação %	Saldos em 31/12/2015	Adições	Saldos em 31/12/2016	Saldos em 31/12/2015	Adições	Saldos em 31/12/2016	31/12/2016	31/12/2015
Hardwares		17,7	641	1.766	2.407	(38)	(269)	(3				

Garantia Penhor de ações da EcoRodovias, cessão fiduciária dos direitos creditórios de que a Ecoponte titular, decorrentes do contrato de concessão, os direitos emergentes da concessão decorrentes da concessão inclusive os relativos a eventuais indenizações. Financiado pela EcoRodovias.  
Índices financeiros exigidos (i) A razão entre o patrimônio líquido ajustado e o passivo total deve ser superior a 20%; (ii) Índice de cobertura do serviço da dívida deve ser igual ou superior a 1,30; e (iii) Razão entre a dívida líquida e o EBTIDA ajustado deve ser inferior a 4,00.

Os índices financeiros exigidos foram atendidos em 31 de dezembro de 2017, conforme demonstrado abaixo.  
Índices financeiros Ecoponte BNDES

	Exigido	Medido (*)
(i) PL/passivo total	> 20%	54,8%
(ii) Cobertura da dívida**	> 1,30	n.m
(iii) Dívida líquida/EBTIDA ajustado	< 4,00	0,11

(\*) Índice não revisado pelos auditores independentes.  
(\*\*) ICSD não apurado, conforme clausula 6ª, c) - Será calculado após um ano do início da amortização (Jan/19).

Os subcréditos e liberações efetuadas são como segue:

Subcrédito	Total	Liberado	Amortização	Parcelas
a	107.466	51.719	-	177 mensais
b	177.920	-	-	157 mensais
c	118.915	-	-	163 mensais
d	10.625	-	-	177 mensais
e	2.074	-	-	157 mensais
Total	417.000	51.719	-	

**12. Partes relacionadas:** A Companhia contrata serviços de seus acionistas ou de empresas a eles relacionadas, diretamente ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário e serviços de consultoria. A Companhia está inserida no Grupo EcoRodovias tendo como controladora indireta a EcoRodovias Infraestrutura e Logística, uma sociedade por ações, listada na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, sendo as ações da Companhia negociadas sob a sigla "ECOR3". De acordo com o Estatuto Social da Companhia, compete ao Conselho de Administração aprovar a celebração de contratos entre a Companhia e qualquer um de seus acionistas ou controladores de seus acionistas ou empresas que sejam controladas ou coligadas dos acionistas da Companhia ou de seus acionistas controladores, sendo facultado a qualquer membro do Conselho de Administração solicitar, previamente e em tempo hábil, a elaboração de uma avaliação independente realizada por empresa especializada que revisará os termos e condições da proposta de contratação e analisará sua adequação às condições e práticas de mercado (*arm's length basis*). Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, os saldos relativos a operações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

Companhia	Natureza	Ativo		Passivo		Resultado	
		circulante	Não intangível	Circulante	Custo	Despesas	
Ecorodovias							
Concessões e Serviços S.A. (a)	Controladora direta	-	-	384	3.630	1.275	
CR Almeida S.A.	Outras partes relacionadas	48.188	-	-	-	-	
Engenharia de obras (b)	relacionadas	-	-	-	-	-	
CBB Ind.e Com.de Asfaltos e Engenh. Ltda (c)	relacionadas	162	-	-	-	-	
<b>Total em 31 de dezembro de 2017</b>		<b>48.350</b>	<b>48.350</b>	<b>384</b>	<b>3.630</b>	<b>1.275</b>	
Total em 31 de dezembro de 2016		-	-	2.549	2.773	1.825	

(a) A EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. é controladora direta da Companhia que detém de 100% da investida, presta serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. O valor anual dos contratos estabelecidos entre as empresas de serviços é de R\$9.503, com vigência de 12 meses, vigorando de janeiro a dezembro de cada ano. Em 31 de dezembro de 2017, há um saldo em aberto de R\$384 (R\$204 em 31 de dezembro de 2016). (b) A CR Almeida S.A. Engenharia de obras, presta serviços de execução de serviços de implantação de passagem subterrânea (Mergulhão), duas passarelas para pedestres e melhorias do sistema viário. O preço global firmado é de R\$55.300. O prazo de execução desses serviços é em 09 de dezembro de 2017. Em 31 de dezembro de 2017 não há saldos em aberto a pagar de serviços já incorridos. (c) A CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda., formada pelos acionistas da parte relacionada C.R. Almeida Engenharia e Obras S.A., presta serviços no fornecimento e transporte de material asfáltico à Companhia. Em 31 de dezembro de 2017 não há saldos em aberto a pagar de serviços já incorridos.

**Remuneração de administradores:** Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, pela direção e pelo controle das atividades da Companhia. Em 31 de dezembro de 2017, foram pagos aos administradores beneficiários de curto prazo (salários, participação nos lucros, previdência privada, bens ou serviços gratuitos ou subsidiados e plano de opções com base em ações), contabilizados na rubrica "Despesas gerais e administrativas". Não foram pagos valores a títulos de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho. Em Assembleia Geral Ordinária foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 em R\$1.718. A Administração da Companhia convocará AGO dentro dos primeiros quatro meses do ano de 2018, para entre outras coisas, deliberar sobre a remuneração dos administradores para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2018. Adicionalmente, na mesma AGO, a Administração propôs aos acionistas a retificação do valor da remuneração global anual dos administradores da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 para R\$1.808, o qual foi efetivamente pago e refletido nas demonstrações financeiras. A diferença entre o valor aprovado e o efetivamente pago ocorreu em virtude da valorização das ações da EcoRodovias, base para o pagamento da remuneração baseada em ações (*Phantom Stock Option* e *Phantom Restricted Stock*). A remuneração provisionada aos administradores no exercício está demonstrada a seguir:

	31/12/2017	31/12/2016
Remuneração (fixa/variável)	1.059	1.074
Plano de opção baseada em ações	35	54
Previdência privada	59	57
Remuneração baseada ações ( <i>Phantom Stock Option/Restricted Stock</i> )	325	151
Assistência médica	54	-
Seguro de vida	2	-
INSS (sobre salários, plano de retenção e ILP (PSO + PRS))	274	-
	<b>1.808</b>	<b>1.336</b>

**13. Obrigações com Poder Concedente**

Verba de fiscalização - ANTT  
Conforme contrato da Companhia, firmado em 18 de maio de 2015, deverá ser paga o título de fiscalização o valor mensal de R\$210 até o final da concessão reajustados nos mesmos prazos e índices da tarifa de pedágio. Em 31 de dezembro de 2017 o valor atualizado é de R\$269. A movimentação está demonstrada a seguir:

	31/12/2017	31/12/2016
Saldo no início do exercício	258	236
Custo (vide Nota Explicativa nº 18)	3.171	2.988
Pagamento	(3.160)	(2.966)
Saldo no fim do exercício	<b>269</b>	<b>258</b>

A Companhia estima o montante relacionado a seguir, em 31 de dezembro de 2017, a cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final do contrato de Concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificadas.

Natureza dos custos	31/12/2017	31/12/2016
Melhorias na infraestrutura	611.686	725.679
Conservação especial (manutenção)	417.870	439.444
Equipamentos	86.332	93.520
	<b>1.115.888</b>	<b>1.258.643</b>

**14. Provisão para construção de obras:** Os valores provisionados como obras futuras são decorrentes dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia em contrapartida ao ativo intangível, os valores são ajustados a valor presente a taxa de 9,5% a.a. Essa provisão está de acordo com a orientação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis OCPC-05 dos itens 31 a 33 que trata dos serviços de construção que não representam potencial de geração de receita adicional, em que a Companhia deve estimar os valores relativos a essas obras e reconhecer seu passivo em contrapartida ao intangível no início da vigência dos termos contratuais. A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	31/12/2016	31/12/2017
Constituição da provisão para obras futuras	96.896	96.896
Realização da construção	(25.140)	(36.595)
Ajuste a valor presente - realizações	1.995	6.659
Efeito de valor presente sobre a constituição	(11.316)	(11.316)
	<b>62.45</b>	<b>55.639</b>
Circulante	31.443	50.887
Não circulante	30.992	4.752
	<b>31/12/2015</b>	<b>31/12/2016</b>

	31/12/2016	31/12/2017
Constituição da provisão para obras futuras	96.896	96.896
Realização da construção	(25.140)	(25.140)
Ajuste a valor presente - realizações	-	1.995
Efeito de valor presente sobre a constituição	(11.316)	(11.316)
	<b>85.580</b>	<b>62.435</b>

Circulante 36.546 31.443  
Não circulante 49.034 30.992  
**15. Provisão para manutenção:** Os valores registrados como provisão referem-se à manutenção da infraestrutura, a ser realizada durante o período da concessão, e são ajustados a valor presente com a taxa de 9,5% ao ano, correspondentes às taxas de captação de empréstimos. Os valores são provisionados por trecho e as intervenções ocorrem, em média, a cada seis anos. A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	31/12/2016	31/12/2017
Constituição da provisão para manutenção	3.177	10.103
Efeito de valor presente sobre a constituição	(746)	(1.391)
Realização de manutenção	-	(5.120)
Ajuste a valor presente - realizações	-	387
	<b>2.431</b>	<b>8.712</b>
Não circulante	2.431	6.410
	<b>31/12/2015</b>	<b>31/12/2016</b>

Constituição da provisão para manutenção - 3.177 3.177  
Efeito de valor presente sobre a constituição - (746) (746)  
Realização de manutenção - (5.120) (5.120)  
Ajuste a valor presente - realizações - 387 387  
Não circulante 2.431 6.410

Constituição da provisão para manutenção - 3.177 3.177  
Efeito de valor presente sobre a constituição - (746) (746)  
Realização de manutenção - (5.120) (5.120)  
Ajuste a valor presente - realizações - 387 387  
Não circulante 2.431 6.410

Constituição da provisão para manutenção - 3.177 3.177  
Efeito de valor presente sobre a constituição - (746) (746)  
Realização de manutenção - (5.120) (5.120)  
Ajuste a valor presente - realizações - 387 387  
Não circulante 2.431 6.410

Constituição da provisão para manutenção - 3.177 3.177  
Efeito de valor presente sobre a constituição - (746) (746)  
Realização de manutenção - (5.120) (5.120)  
Ajuste a valor presente - realizações - 387 387  
Não circulante 2.431 6.410

Constituição da provisão para manutenção - 3.177 3.177  
Efeito de valor presente sobre a constituição - (746) (746)  
Realização de manutenção - (5.120) (5.120)  
Ajuste a valor presente - realizações - 387 387  
Não circulante 2.431 6.410

Constituição da provisão para manutenção - 3.177 3.177  
Efeito de valor presente sobre a constituição - (746) (746)  
Realização de manutenção - (5.120) (5.120)  
Ajuste a valor presente - realizações - 387 387  
Não circulante 2.431 6.410

Constituição da provisão para manutenção - 3.177 3.177  
Efeito de valor presente sobre a constituição - (746) (746)  
Realização de manutenção - (5.120) (5.120)  
Ajuste a valor presente - realizações - 387 387  
Não circulante 2.431 6.410

Constituição da provisão para manutenção - 3.177 3.177  
Efeito de valor presente sobre a constituição - (746) (746)  
Realização de manutenção - (5.120) (5.120)  
Ajuste a valor presente - realizações - 387 387  
Não circulante 2.431 6.410

Constituição da provisão para manutenção - 3.177 3.177  
Efeito de valor presente sobre a constituição - (746) (746)  
Realização de manutenção - (5.120) (5.120)  
Ajuste a valor presente - realizações - 387 387  
Não circulante 2.431 6.410

Constituição da provisão para manutenção - 3.177 3.177  
Efeito de valor presente sobre a constituição - (746) (746)  
Realização de manutenção - (5.120) (5.120)  
Ajuste a valor presente - realizações - 387 387  
Não circulante 2.431 6.410

Constituição da provisão para manutenção - 3.177 3.177  
Efeito de valor presente sobre a constituição - (746) (746)  
Realização de manutenção - (5.120) (5.120)  
Ajuste a valor presente - realizações - 387 387  
Não circulante 2.431 6.410

Constituição da provisão para manutenção - 3.177 3.177  
Efeito de valor presente sobre a constituição - (746) (746)  
Realização de manutenção - (5.120) (5.120)  
Ajuste a valor presente - realizações - 387 387  
Não circulante 2.431 6.410

Constituição da provisão para manutenção - 3.177 3.177  
Efeito de valor presente sobre a constituição - (746) (746)  
Realização de manutenção - (5.120) (5.120)  
Ajuste a valor presente - realizações - 387 387  
Não circulante 2.431 6.410

Constituição da provisão para manutenção - 3.177 3.177  
Efeito de valor presente sobre a constituição - (746) (746)  
Realização de manutenção - (5.120) (5.120)  
Ajuste a valor presente - realizações - 387 387  
Não circulante 2.431 6.410

Constituição da provisão para manutenção - 3.177 3.177  
Efeito de valor presente sobre a constituição - (746) (746)  
Realização de manutenção - (5.120) (5.120)  
Ajuste a valor presente - realizações - 387 387  
Não circulante 2.431 6.410

Constituição da provisão para manutenção - 3.177 3.177  
Efeito de valor presente sobre a constituição - (746) (746)  
Realização de manutenção - (5.120) (5.120)  
Ajuste a valor presente - realizações - 387 387  
Não circulante 2.431 6.410

Constituição da provisão para manutenção - 3.177 3.177  
Efeito de valor presente sobre a constituição - (746) (746)  
Realização de manutenção - (5.120) (5.120)  
Ajuste a valor presente - realizações - 387 387  
Não circulante 2.431 6.410

Constituição da provisão para manutenção - 3.177 3.177  
Efeito de valor presente sobre a constituição - (746) (746)  
Realização de manutenção - (5.120) (5.120)  
Ajuste a valor presente - realizações - 387 387  
Não circulante 2.431 6.410

Constituição da provisão para manutenção - 3.177 3.177  
Efeito de valor presente sobre a constituição - (746) (746)  
Realização de manutenção - (5.120) (5.120)  
Ajuste a valor presente - realizações - 387 387  
Não circulante 2.431 6.410

Constituição da provisão para manutenção - 3.177 3.177  
Efeito de valor presente sobre a constituição - (746) (746)  
Realização de manutenção - (5.120) (5.120)  
Ajuste a valor presente - realizações - 387 387  
Não circulante 2.431 6.410

Constituição da provisão para manutenção - 3.177 3.177  
Efeito de valor presente sobre a constituição - (746) (746)  
Realização de manutenção - (5.120) (5.120)  
Ajuste a valor presente - realizações - 387 387  
Não circulante 2.431 6.410

Constituição da provisão para manutenção - 3.177 3.177  
Efeito de valor presente sobre a constituição - (746) (746)  
Realização de manutenção - (5.120) (5.120)  
Ajuste a valor presente - realizações - 387 387  
Não circulante 2.431 6.410

Constituição da provisão para manutenção - 3.177 3.177  
Efeito de valor presente sobre a constituição - (746) (746)  
Realização de manutenção - (5.120) (5.120)  
Ajuste a valor presente - realizações - 387 387  
Não circulante 2.431 6.410

Constituição da provisão para manutenção - 3.177 3.177  
Efeito de valor presente sobre a constituição - (746) (746)  
Realização de manutenção - (5.120) (5.120)  
Ajuste a valor presente - realizações - 387 387  
Não circulante 2.431 6.410

Constituição da provisão para manutenção - 3.177 3.177  
Efeito de valor presente sobre a constituição - (746) (746)  
Realização de manutenção - (5.120) (5.120)  
Ajuste a valor presente - realizações - 387 387  
Não circulante 2.431 6.410

Constituição da provisão para manutenção - 3.177 3.177  
Efeito de valor presente sobre a constituição - (746) (746)  
Realização de manutenção - (5.120) (5.120)  
Ajuste a valor presente - realizações - 387 387  
Não circulante 2.431 6.410

Constituição da provisão para manutenção - 3.177 3.177  
Efeito de valor presente sobre a constituição - (746) (746)  
Realização de manutenção - (5.120) (5.120)  
Ajuste a valor presente - realizações - 387 387  
Não circulante 2.431 6.410

Constituição da provisão para manutenção - 3.177 3.177  
Efeito de valor presente sobre a constituição - (746) (746)  
Realização de manutenção - (5.120) (5.120)  
Ajuste a valor presente - realizações - 387 387  
Não circulante 2.431 6.410

Constituição da provisão para manutenção - 3.177 3.177  
Efeito de valor presente sobre a constituição - (746) (746)  
Realização de manutenção - (5.120) (5.120)  
Ajuste a valor presente - realizações - 387 387  
Não circulante 2.431 6.410

Constituição da provisão para manutenção - 3.177 3.177  
Efeito de valor presente sobre a constituição - (746) (746)  
Realização de manutenção - (5.120) (5.120)  
Ajuste a valor presente - realizações - 387 387  
Não circulante 2.431 6.410

Constituição da provisão para manutenção - 3.177 3.177  
Efeito de valor presente sobre a constituição - (746) (746)  
Realização de manutenção - (5.120) (5.120)  
Ajuste a valor presente - realizações - 387 387  
Não circulante 2.431 6.410

Constituição da provisão para manutenção - 3.177 3.177  
Efeito de valor presente sobre a constituição - (746) (746)  
Realização de manutenção - (5.120) (5.120)  
Ajuste a valor presente - realizações - 387 387  
Não circulante 2.431 6.410

Constituição da provisão para manutenção - 3.177 3.177  
Efeito de valor presente sobre a constituição - (746) (746)  
Realização de manutenção - (5.120) (5.120)  
Ajuste a valor presente - realizações - 387 387  
Não circulante 2.431 6.410

Constituição da provisão para manutenção - 3.177 3.177  
Efeito de valor presente sobre a constituição - (746) (746)  
Realização de manutenção - (5.120) (5.120)  
Ajuste a valor presente - realizações - 387 387  
Não circulante 2.431 6.410

Constituição da provisão para manutenção - 3.177 3.177  
Efeito de valor presente sobre a constituição - (746) (746)  
Realização de manutenção - (5.120) (5.120)  
Ajuste a valor presente - realizações - 387 387  
Não circulante 2.431 6.410

Constituição da provisão para manutenção - 3.177 3.177  
Efeito de valor presente sobre a constituição - (746) (746)  
Realização de manutenção - (5.120) (5.120)  
Ajuste a valor presente - realizações - 387 387  
Não circulante 2.431 6.410

Constituição da provisão para manutenção - 3.177 3.177  
Efeito de valor presente sobre a constituição - (746) (746)  
Realização de manutenção - (5.120) (5.120)  
Ajuste a valor presente - realizações - 387 387  
Não circulante 2.431 6.410

Constituição da provisão para manutenção - 3.177 3.177  
Efeito de valor presente sobre a constituição - (746) (746)  
Realização de manutenção - (5.120) (5.120)  
Ajuste a valor presente - realizações - 387 387  
Não circulante 2.431 6.410

Constituição da provisão para manutenção - 3.177 3.177  
Efeito de valor presente sobre a constituição - (746) (746)  
Realização de manutenção - (5.120) (5.120)  
Ajuste a valor presente - realizações - 387 387  
Não circulante 2.431 6.410

Constituição da provisão para manutenção - 3.177 3.177  
Efeito de valor presente sobre a constituição - (746) (746)  
Realização de manutenção - (5.120) (5.120)  
Ajuste a valor presente - realizações - 387 387  
Não circulante 2.431 6.410

Constituição da provisão para manutenção - 3.177 3.177  
Efeito de valor presente sobre a constituição - (746) (746)  
Realização de manutenção - (5.120) (5.120)  
Ajuste a valor presente - realizações - 387 387  
Não circulante 2.431 6.410

Constituição da provisão para manutenção - 3.177 3.177  
Efeito de valor presente sobre a constituição - (746) (746)  
Realização de manutenção - (5.120) (5.120)  
Ajuste a valor presente - realizações - 387 387  
Não circulante 2.431 6.410

Constituição da provisão para manutenção - 3.177 3.177  
Efeito de valor presente sobre a constituição - (746) (746)  
Realização de manutenção - (5.120) (5.120)  
Ajuste a valor presente - realizações - 387 387  
Não circulante 2.431 6.410

Constituição da provisão para manutenção - 3.177 3.177  
Efeito de valor presente sobre a constituição - (746) (746)  
Realização de manutenção - (5.120) (5.120)  
Ajuste a valor presente - realizações - 387 387  
Não circulante 2.431 6.410

Constituição da provisão para manutenção - 3.177 3.177  
Efeito de valor presente sobre a constituição - (746) (746)  
Realização de manutenção - (5.120) (5.120)  
Ajuste a valor presente - realizações - 387 387  
Não circulante 2.431 6.410

Constituição da provisão para manutenção - 3.177 3.177  
Efeito de valor presente sobre a constituição - (746) (746)  
Realização de manutenção - (5.120) (5.120)  
Ajuste a valor presente - realizações - 387 387  
Não circulante 2.431 6.410

Constituição da provisão para manutenção - 3.177 3.177  
Efeito de valor presente sobre a constituição - (746) (746)  
Realização de manutenção - (5.120) (5.120)  
Ajuste a valor presente - realizações - 387 387  
Não circulante 2.431 6.410

Constituição da provisão para manutenção - 3.177 3.177  
Efeito de valor presente sobre a constituição - (746) (746)  
Realização de manutenção - (5.120) (5.120)  
Ajuste a valor presente - realizações - 387 387  
Não circulante 2.431 6.410

## Relatório do Auditor Independente Sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas da

**Concessionária da Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte**

Niterói - RJ

**Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária da Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária da Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

**Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

**Capitalização de gastos no ativo intangível de concessões:** Os contratos de concessões rodoviárias representam o direito de exploração da infraestrutura, pautado pela norma contábil ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, no qual prevê a obrigação de construir e/ou operar a infraestrutura (ativo intangível da concessão) para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas em contrato. Os critérios de reconhecimento desses valores, e montantes investidos na infraestrutura estão divulgados nas notas explicativas 8 e 12. Esse assunto foi considerado um dos principais assuntos de auditoria, uma vez que as capitalizações no ativo intangível da concessão envolvem a utilização de premissas, julgamentos e a manutenção de controles por parte das administrações das concessões de rodovias, já que essas capitalizações podem não estar de acordo com as obrigações previstas no contrato de concessão e, quando previstas, podem ser registradas por valores incorretos ou indevidamente capitalizadas.

**Como nossa auditoria tratou esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria para confirmar o adequado registro e controle desses ativos incluíram, dentre outros: (i) a avaliação da adequação das políticas de capitalização de ativo intangível de concessões das investidas, incluindo aquelas relacionadas ao método de percentual de conclusão das obras; (ii) a realização de testes documentais sobre as adições ao ativo intangível de concessões, incluindo validações com a área de engenharia das medições realizadas de acordo com o andamento das obras, confronto com os contratos de prestações de serviços e ou notas fiscais relacionadas; (iii) a avaliação da natureza dos gastos capitalizados como ativo intangível de concessões, considerando os critérios e requerimentos estabelecidos no contrato de concessão e (iv) inspeção física, em base amostral, das obras realizadas. Adicionalmente, avaliamos as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre teste de capitalização de gastos no ativo intangível de concessões, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis as políticas de capitalização dos gastos, considerando os critérios e requerimentos estabelecidos no contrato de concessões para suportar os julgamentos, estimativas e informações incluídas no contexto das demonstrações financeiras tomadas como um todo.

**Transações com partes relacionadas:** A Companhia realiza transações com partes relacionadas com natureza diversa, as quais incluem contratos de mútuo financeiro, adiantamento para futuro aumento de capital social e transações operacionais, como a prestação de serviços de construção e manutenção rodoviárias, entre outros. As transações, saldos e condições contratuais significativas, estão divulgadas na nota explicativa 11. Esse assunto foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria devido a representatividade de transações com partes relacionadas, à possibilidade de que essas transações sejam acordadas ou registradas por valores inadequados aos estabelecidos pela Companhia, fora do período de competência, ou não aprovadas pelos órgãos de governança da Companhia, principalmente nas prestações de serviços para construções de ativos.

**Como nossa auditoria tratou esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria para confirmar o adequado registro e controle dessas transações incluíram, dentre outros: (i) a avaliação da política de transações com partes relacionadas da Companhia e sua aplicação nas principais transações incorridas durante o exercício; (ii) realização de exame da documentação suporte para as transações materiais, incluindo a inspeção de contratos e cálculos preparados pela Administração; (iii) verificação da aprovação das transações pelo Conselho de Administração, de acordo com a política estabelecida pela Companhia; e (iv) realização de procedimento de envio de cartas de confirmação às contrapartes das operações sobre os saldos e contratos vigentes para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as transações com partes relacionadas, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis as políticas de reconhecimento e mensuração das transações com partes relacionadas registradas da Companhia para suportar os julgamentos, estimativas e informações incluídas no contexto das demonstrações financeiras tomadas como um todo.

**Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado:** As demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia,

e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse Relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse Relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2018.